



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
DIRETORIA GERAL

**P R O T O C O L O**

PROCESSO nº 262/2001 de 26 de dezembro de 2001.

INTERESSADO: EXECUTIVO MUNICIPAL

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE BENTO GONÇALVES

PROJETO-DE-LEI nº 075/2001 de 11 de dezembro de 2001.

COMISSÕES DE: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO.

ARQUIVADO EM: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Secretário-Geral

LEI MUNICIPAL Nº 3.159 - 27/12/2001



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 074/2001 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 11 de dezembro de 2001.

CÂMARA MUNICIPAL  
DE BENTO GONÇALVES

262/2001

PROTOCOLO

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Juntamente com o presente, encaminhamos à Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 075, que **"Cria o Sistema Municipal de Ensino de Bento Gonçalves"**.

Segue para apreciação dos nobres Edis o projeto de lei anexo que cria o Sistema Municipal de Ensino de Bento Gonçalves.

O Sistema Municipal de Ensino é o conjunto de partes ou de elementos distintos, mas interdependentes. Visa dar a autonomia necessária ao Município para que possa elaborar e executar seu projeto pedagógico respondendo por competências restritas ao seu Sistema de Ensino.

O referido Sistema cria, para o Município, mecanismos de coordenação, fiscalização e normatização. Ele interage intencionalmente em torno de objetivos comuns: aprendizagem, formação integral, cidadania, produção de conhecimento, pensamento crítico, autonomia, qualidade de vida e dignidade.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

DARCY POZZA  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador **CLÓRIS PASQUALOTTO**  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Palácio 11 de Outubro  
Nesta Cidade





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO  
**PROJETO DE LEI Nº 075, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.**

**APROVADO**  
VOTAÇÃO: *Unica (R.V.)*  
*de unanimidade*  
SALA DAS SESSÕES, *26* / *12* / *2001*  
DATA  
*[Signature]* Vereador *[Signature]* Presidente

**CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE  
ENSINO DE BENTO GONÇALVES.**

## **TÍTULO I**

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** - Esta lei cria o Sistema Municipal de Ensino que estabelece as diretrizes para a Educação no Município de Bento Gonçalves, tendo como parâmetros os princípios constitucionais da União, do Estado, da Lei Orgânica Municipal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

## **TÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO**

**Art. 2º** - O Sistema Municipal de Ensino de Bento Gonçalves, compreende:

I - a Secretaria Municipal de Educação como órgão administrativo, executivo e deliberativo;

II - as instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional mantidas pelo Poder Executivo Municipal;

III - as instituições de Educação Infantil mantidas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo como as comunitárias e filantrópicas;

IV - o Conselho Municipal de Educação como órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, acerca dos temas que são de sua competência, conferida pela legislação e normas específicas.

**Parágrafo Único** - A educação escolar do Município abrange a Educação Básica nos níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de lei nº 075, de 11.12.2001 – fl. 02

**TÍTULO III**

**DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E ENSINO**

**CAPÍTULO I**

**DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Art. 3º** - A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em:

I - escolas de Educação Infantil, escolas de Ensino Fundamental e Médio da Rede Municipal de Ensino;

II - instituições descritas no art. 2º, III.

**Art. 4º** - As instituições educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino devem, em processo próprio, solicitar a autorização de funcionamento da Educação Infantil, mediante o cumprimento das normas específicas emanadas do Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 5º** - As instituições criadas e mantidas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo como as comunitárias e filantrópicas, que oferecem a Educação Infantil de 0 (zero) a 06 (seis) anos de idade, devem ser autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação, mediante o cumprimento das normas específicas emanadas do Sistema Municipal de Ensino.

**Parágrafo único** - O alvará de funcionamento será obtido pela instituição mantida pela iniciativa privada, somente após emitido o ato de autorização de funcionamento pelo Conselho Municipal de Educação.

**CAPÍTULO II**

**DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Art. 6º** - O Ensino Fundamental, com duração mínima de 08 (oito) anos, é oferecido em escolas mantidas pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 7º** - As instituições municipais que oferecem Ensino Fundamental são autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 8º** - A carga horária mínima anual e o número de dias de efetivo trabalho escolar devem obedecer o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas normas específicas do Sistema Municipal de Ensino.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de lei nº 075, de 11.12.2001 – fl. 03

**Parágrafo único** - O não cumprimento no disposto no "caput" deste artigo, submete à Direção do estabelecimento de ensino, juntamente com os professores, a atividades complementares até sua satisfação plena.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO ENSINO MÉDIO**

**Art. 9º** - O Ensino Médio é oferecido em uma escola mantida pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 10** - A carga horária mínima anual e número de dias de efetivo trabalho escolar deve obedecer o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas normas específicas do Sistema Municipal de Ensino.

**Parágrafo único** - O não cumprimento no disposto no "caput" deste artigo, submete à Direção do estabelecimento de ensino, juntamente com os professores, a atividades complementares até sua satisfação plena.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Art. 11** - A Educação Especial é oferecida aos alunos portadores de necessidades especiais, em escolas de Educação Infantil mantidas pelo Poder Executivo Municipal, pela iniciativa privada e em classes de Ensino Fundamental e Médio das escolas da Rede Pública Municipal, em conformidade com os dispositivos que constam na Lei de Diretrizes e Bases e nas normas emanadas do Sistema Municipal de Ensino.

### **CAPÍTULO V**

#### **DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**Art. 12** - A Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso a escolarização em idade própria ou cujos estudos não tiveram continuidade no Ensino Fundamental.

**Parágrafo único** - A Municipalidade assegura uma Educação apropriada às características da clientela e em consonância com as normas emanadas do próprio Sistema Municipal de Ensino.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de lei nº 075, de 11.12.2001 – fl. 04

## **CAPÍTULO VI**

### **DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Art. 13** - A Educação Profissional, caso haja necessidade de ser oferecida, será desenvolvida na própria instituição de Ensino Médio do Município, obedecendo os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e normas do Sistema Municipal de Ensino.

## **TÍTULO IV**

### **DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 14** - O Conselho Municipal de Educação é constituído por 12 (doze) membros, todos exercendo atividades docentes ou com conhecimento e experiência na área da Educação.

**Parágrafo único** - O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Educação tem duração de 06 (seis) anos e, há cada 02 (dois) anos cessará o mandato de 1/3 (um terço) dos membros, sendo permitida a recondução por uma só vez.

## **TÍTULO V**

### **DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 15** - Os membros do Conselho Municipal de Educação têm, entre outras, as seguintes competências:

I - definir as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, em diferentes modalidades, de acordo com a legislação vigente;

II - autorizar o funcionamento de instituições escolares, de cursos de Ensino Médio e modalidades do Sistema Municipal de Ensino;

III - aprovar os regimentos escolares das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino;

IV - fixar normas para o Sistema Municipal de Ensino, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para:

a) a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, nas suas diferentes modalidades;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de lei nº 075, de 11.12.2001 – fl. 05

- b) procedimentos inerentes a autorização de funcionamento de:
- 1 - instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio;
  - 2 - séries do Ensino Fundamental;
  - 3 - cursos de Educação Profissional e outras modalidades de ensino;
- c) elaboração e aprovação de regimentos escolares;
- d) questões de natureza pedagógica e educacionais pertinentes as escolas e a clientela escolar que integram o Sistema Municipal de Ensino;
- e) a fiscalização do desempenho das escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino;
- f) designação das instituições escolares que integram o Sistema Municipal de Ensino;
- g) a cessação de atividades escolares e mudança de sede das escolas que compõem o Sistema Municipal de Ensino;
- h) o Sistema Municipal de Ensino, complementando as existentes, se necessário;
- V - emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza diversa de âmbito municipal.

## **TÍTULO VI**

### **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 16** - A Secretaria Municipal de Educação, no papel de administradora da educação municipal, tem como competências:

I - orientar, planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino, a cargo do Poder Executivo Municipal, no âmbito da Educação Básica;

II - orientar as instituições de Educação Infantil mantidas pela iniciativa privada que integram o Sistema Municipal de Ensino;

III - propor medidas e programas para capacitar, atualizar e aperfeiçoar os professores integrantes da Rede Pública Municipal;

IV - observar e cumprir as normas emanadas do Conselho Municipal de Educação, Órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino;

V - elaborar o Plano Plurianual de Educação do Município, em conformidade com o Plano Nacional e Estadual de Educação, em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de lei nº 075, de 11.12.2001 – fl. 06

**TÍTULO VII**

**DAS COMPETÊNCIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Art. 17 -** É da competência do Município:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições públicas do Sistema Municipal de Ensino;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas, tendo como premissa os seus projetos pedagógicos;
- III - atuar prioritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
- IV - editar normas complementares para o seu Sistema Municipal de Ensino;
- V - assegurar prioritariamente o acesso ao Ensino Fundamental obrigatório, contemplando em seguida, os diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais;
- VI - nas formas normatizadas pelo Conselho Municipal de Educação, garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, através da criação de formas alternativas de acesso aos alunos.

**TÍTULO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 18 -** A Secretaria Municipal de Educação prima pelos princípios de gestão democrática, produtividade, racionalidade e autonomia das unidades escolares que integram o Sistema Municipal de Ensino, priorizando a descentralização das decisões em termos pedagógicos, administrativos e financeiros.

**Art. 19 -** O Conselho Municipal de Educação conta com um corpo técnico de assessoramento necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 20 -** O Sistema Municipal de Ensino de Bento Gonçalves se propõe a manter intercâmbio com os demais Sistemas de Ensino da União, Estados e Municípios, bem como com as Secretarias Municipais de Educação.

**Art. 21 -** O Conselho Municipal de Educação deste Município continuará mantendo intercâmbio com os demais Conselhos Municipais de Educação que não constituem o Sistema de Ensino.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Projeto de lei nº 075, de 11.12.2001 – fl. 07

**Art. 22** - A Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Conselho Municipal de Educação, decide, no que se refere a questões educacionais, na transição entre o atual Sistema Estadual de Ensino, instituído por normas estaduais próprias e o Sistema criado por esta lei.

**Art. 23** - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução da presente lei serão resolvidos e firmados pela Secretaria Municipal de Educação, após submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Educação.

**Art. 24** - Os ditames da organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação constam na lei específica e Regimento Interno do próprio órgão.

**Art. 25** - As alterações a estabelecer, se necessárias, serão encaminhadas a apreciação do Conselho Municipal de Educação e aos Poderes Municipais Constituídos, a fim de serem aprovadas.

**Art. 26** - Cabe ao Poder Executivo Municipal proporcionar infra-estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação, em recinto exclusivo para o uso do Órgão.

**Art. 27** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 28** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**, aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e um.

**DARCY POZZA**  
Prefeito Municipal

109

**RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DA REUNIÃO  
REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO  
DE 2001, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE VEREADORES, SOBRE O " SISTEMA  
MUNICIPAL DE ENSINO DE BENTO GONÇALVES"**

NOME

ENTIDADE

Marietela Gomes Churppin  
"9979 9771"

Sinpre' - Sindicato das  
Instituições de Educação  
Infantil de Campos do Sul e  
Região.

Paula Araújo Scarton

Oficina da Criança

Ohonna de L. W. Loureiro

Piccoli Bambini - BG.

Luciane Buxetti

Bento de Fadas

Adriana Benedetti Juega

Pintando o 7

Almo M. Gomes

Centro Rec. Pica-Pau

Maria Colas Rapatti

Centro de Atividades Praquintas  
de gente



**RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DA REUNIÃO  
REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO  
DE 2001, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE VEREADORES, SOBRE O " SISTEMA  
MUNICIPAL DE ENSINO DE BENTO GONÇALVES"**

[illegible]





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

**PARECER Nº 218**  
**Processo 262/2001**

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 075, que visa "Criação do Sistema Municipal de Ensino de Bento Gonçalves".

A Assessoria Jurídica lamenta que um Projeto dessa importância só venha à Casa para apreciação na última Sessão do ano, convocada extraordinariamente, protocolada com a data de hoje, o que impede uma análise mais aprofundada.

Da leitura perfunctória do Projeto, e dentro da limitação que o tempo permite, o Projeto aparenta todas as condições para ser examinado pelo Plenário.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de Outubro, aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e um.

Assessoria Jurídica:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**

PARECER:

Processo Nº: 262/2001

AUTOR:

ASSUNTO:

CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO  
DE BENTO GONÇALVES

RELATOR: Vereador

Parecer

A Comissão Técnica Permanente de Educação e Patrimônio Histórico desta Casa, por seus membros abaixo firmados, após proceder profunda análise do processo nº 262, o qual insere o Projeto de Lei nº 075, de 11 de dezembro de 2001, que **CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE BENTO GONÇALVES**, exara seu parecer favorável à apreciação, deliberação e aprovação da matéria pelos Senhores Vereadores, mediante a anuência da **EMENDA MODIFICATIVA** apresentada ao inciso I, do artigo 3º, com a seguinte redação:

**EMENDA MODIFICATIVA**

O inciso I, do artigo 3º do Projeto de Lei nº 075, de 11 de dezembro de 2001, passa a ter a seguinte redação:

**Art. 3º – ...**

**I – Instituição privada de Educação Infantil, Escolas de Ensino Fundamental e Médio da Rede Municipal de Ensino;**

**II – ...**

Sala das Sessões, aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e um.

Vereador JAURI PEIXOTO  
Presidente

Vereador OLMES PERTILE  
Vice-Presidente

Vereador ROBERTO LUNELLI  
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**

PARECER:

Processo Nº: 262/2001

ASSUNTO: CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE  
ENSINO DE BENTO GONÇALVES.

AUTOR: ~~Executivo~~ Municipal

RELATOR: Vereador

Parecer **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo nº 262/2001, Cria o Sistema Municipal de Ensino de Bento Gonçalves, exaram o seguinte parecer:

O Projeto de Lei, que visa propiciar a autonomia necessária ao Município para elaboração e execução de seu projeto pedagógico, recebeu uma emenda modificativa da Comissão de Educação e Patrimônio Histórico, a qual aprimorou o Projeto.

Desta forma, entendemos que o Projeto, juntamente com a emenda apresentada, possui condições para a apreciação e deliberação pelo Plenário.

É o parecer.

Palácio 11 de Outubro, aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e um.

  
Vereador **MARIO GABARDO**  
*Presidente*

  
Vereador **JAURI PEIXOTO**  
*Vice-Presidente*

  
Vereador **ÊNIO DE PARIS**  
*Membro Efetivo*